

Comunicado de imprensa da FRA
Viena/Bruxelas, 14 de dezembro de 2020

Chegou o momento de assegurar que a inteligência artificial funciona para os europeus

Desde fazer o rastreio da propagação da COVID-19 até decidir quem recebe benefícios sociais, a inteligência artificial (IA) afeta a vida de milhões de europeus. A automatização pode melhorar a tomada de decisões, mas a IA pode dar lugar a erros e a discriminação, para além de poder ser difícil de contestar. Um novo relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA) revela que existe uma certa confusão quanto ao impacto da IA nos direitos das pessoas, inclusive entre as organizações que já a utilizam. A FRA insta os decisores políticos a fornecerem mais orientações sobre a forma como as regras vigentes se aplicam à IA e a garantirem que a futura legislação em matéria de IA salvguarde os direitos fundamentais.

«A IA não é infalível, é um produto humano e os seres humanos podem cometer erros. Por isso, as pessoas devem ter conhecimento de quando a IA é utilizada, como funciona e como contestar decisões automatizadas. A UE deve clarificar a forma como as regras vigentes se aplicam à IA. As organizações, por seu lado, devem avaliar de que modo as suas tecnologias podem interferir com os direitos das pessoas, tanto no desenvolvimento como na utilização da IA», declara [Michael O’Flaherty](#), diretor da FRA. «Temos a oportunidade de moldar uma IA que não só respeita os nossos direitos humanos e fundamentais, como também os protege e promove.»

O relatório da FRA intitulado [Getting the future right — Artificial intelligence and fundamental rights](#) (Preparar o futuro — Inteligência artificial e direitos fundamentais) identifica os perigos do uso da IA, por exemplo, no policiamento preditivo, nos diagnósticos médicos, nos serviços sociais e na publicidade dirigida. Urge a UE e os seus Estados Membros a:

- **garantir que a IA respeite TODOS os direitos fundamentais** — a IA pode ter repercussões em muitos direitos, e não apenas na vida privada ou na proteção de dados. Ainda, pode discriminar ou entravar a justiça. Toda a futura legislação em matéria de IA deve ter estes aspetos em conta e criar salvaguardas eficazes;
- **garantir que as pessoas possam contestar decisões tomadas por IA** — as pessoas devem saber quando e como a IA é utilizada, bem como o local/entidade a que devem apresentar queixa. As organizações que utilizam a IA devem ter a capacidade de explicar a forma como os seus sistemas tomam decisões;
- **avaliar a IA antes e durante a sua utilização, a fim de reduzir os efeitos negativos** — as organizações públicas e privadas devem realizar avaliações da forma como a IA pode prejudicar os direitos fundamentais;
- **fornecer mais orientações sobre as regras de proteção de dados** — a UE deve clarificar melhor a forma como as regras de proteção de dados se aplicam à IA. É necessária, também, uma maior clareza sobre as implicações da tomada de decisões automatizada e o direito de revisão humana quando a IA é utilizada;
- **avaliar se a IA discrimina** — a sensibilização para o risco potencial de discriminação da IA e o seu impacto é relativamente baixa. É necessário aumentar o financiamento da investigação para analisar os efeitos potencialmente discriminatórios da IA, para que a Europa consiga evitá-los;

- **criar um sistema de supervisão eficaz** — a UE deve investir num sistema mais «articulado» para responsabilizar as empresas e as administrações públicas quando utilizam a IA. As autoridades devem garantir que os organismos de supervisão disponham de recursos e competências adequados para levar a cabo o seu trabalho.

O relatório insere-se no âmbito do [projeto da FRA sobre inteligência artificial e megadados](#). Baseia-se em mais de 100 entrevistas a organizações públicas e privadas que já utilizam a IA, incluindo observações de peritos que participam no seguimento de potenciais violações dos direitos fundamentais. A sua análise baseia-se nas utilizações reais da IA na Estónia, na Finlândia, na França, nos Países Baixos e em Espanha.

No dia 14 de dezembro, a FRA e a Presidência alemã do Conselho da UE organizarão uma conferência intitulada [Doing AI the European way: Protecting fundamental rights in an era of artificial intelligence](#) (A IA à maneira europeia: proteger os direitos fundamentais na era da inteligência artificial).

Para mais informações, contactar: media@fra.europa.eu / Tel.: +43 1 580 30 653